

# Relatório Anual 2010



Este Relatório Anual também está disponível no site da entidade:  
[www.fundacaobanorte.com.br](http://www.fundacaobanorte.com.br)

- 3** Mensagem do diretor superintendente
- 4** Um sistema mais estável e pronto para progredir
- 5** A Fundação Banorte em 2010
- 8** Quem somos
- 9** Órgãos de Administração

#### **Encarte**

Balanço Patrimonial  
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido  
Demonstração do Ativo Líquido  
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa  
Demonstração das Obrigações Atuariais  
Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis  
Parecer Atuarial  
Parecer dos Auditores Independentes  
Parecer do Conselho Fiscal  
Manifestação do Conselho Deliberativo  
Informe Resumo dos Investimentos  
Resumo da Política de Investimentos



O Relatório Anual da Fundação Banorte é impresso em papel certificado pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal), organização não governamental independente que difunde o bom manejo das florestas em todo o mundo. Seus princípios e critérios conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica.

É sempre com satisfação que preparamos o Relatório Anual. Trata-se de uma ótima oportunidade para trazer até você os números institucionais, balanços contábeis, econômicos e financeiros e analisar processos e atividades da entidade. É também muito importante compartilhar os resultados dos trabalhos que são conduzidos pelos profissionais da Fundação Banorte e do Itaú Unibanco que, com seu apoio e conhecimento, nos ajudam a aprimorar continuamente nossos controles e procedimentos.

Por meio de um plano de previdência complementar, é esperado um relacionamento duradouro entre participante e entidade que passa por vários estágios de amadurecimento. Do participante ativo ao assistido, incluindo nesse caminho os autopatrocinados e os optantes pelo BPD, são percorridas décadas e diferentes níveis de relação com a entidade. Da acumulação ao gozo do benefício, nossos participantes mudam totalmente – passam de filhos a pais e avós, de colaboradores a

aposentados, de jovens a adultos mais experientes e vividos, e é nesse estágio que se encontra a maioria dos participantes da Banorte, como assistidos de seu plano previdenciário.

Ao longo desse percurso, a Banorte também tem mudado. Sempre com o objetivo de pesquisar, conhecer e utilizar as melhores práticas em gestão de processos, controle de riscos, comunicação, atendimento, métodos de análise, avaliação de satisfação, adequação de procedimentos e aperfeiçoamento das equipes.

A melhoria contínua faz parte do dia-a-dia da Banorte. Com a integração das entidades fechadas de previdência complementar do Itaú Unibanco, a sinergia vem trazendo resultados ainda mais satisfatórios a partir da troca de perspectivas e experiências em nossos grupos de trabalho. Agregamos, assim, mais qualidade e produtividade à gestão das fundações. Nossa meta, portanto, é seguir ao seu lado não como fomos ontem, nem como somos hoje, mas melhores a cada ano.

**Sergio Fajerman**

Diretor Superintendente da Banorte

# Um sistema mais estável e pronto para progredir

O cenário positivo da economia brasileira e, sobretudo, a estabilidade nas normas e leis que regem o segmento de previdência complementar fechada têm impulsionado seu crescimento.

Conforme levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil possui o oitavo maior sistema de previdência complementar do mundo, em termos de patrimônio administrado. O modelo brasileiro tem se mostrado um bom exemplo para outros países no que diz respeito à segurança, transparência e proteção dos participantes.

Para fortalecer o sistema, o governo criou, em 23 de dezembro de 2009, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). O ano de 2010 foi, então, o primeiro deste órgão ligado ao Ministério da Previdência Social, mas com autonomia administrativa e financeira para fiscalizar e supervisionar as entidades fechadas de previdência complementar que atuam no país.

Juntos, os 369 fundos de pensão existentes no Brasil administram um patrimônio superior a R\$ 512 bilhões. Dados da Previc, divulgados em dezembro de 2010, indicam a existência de 1.068 planos, distribuídos em três modalidades (Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável), que congregam 2,742 milhões de participantes e assistidos.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792, de setembro de 2009, permite que as

entidades invistam em seis macrosssegmentos: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. De acordo com o balanço da Previc, há ainda uma forte concentração (59%) no segmento de renda fixa, seja em títulos públicos ou papéis privados. Os analistas indicam, porém, que frente a um cenário de queda nas taxas de juros, as entidades deverão, gradualmente, deixar o conforto da renda fixa em busca de investimentos mais rentáveis a fim de cumprir suas metas atuariais (confira quadro). O controle dos riscos, no entanto, é premissa básica na gestão dos investimentos dos fundos que não podem submeter o patrimônio de seus participantes a oscilações muito intensas.

Para aprimorar a segurança das entidades, a Previc tem enfatizado a implantação da metodologia da Supervisão Baseada em Riscos, desenvolvida em parceria com consultores do Banco Mundial. O princípio é atuar menos na punição e mais na orientação para o uso de processos com eficiência e segurança comprovadas. O órgão vem também difundindo os conceitos de educação financeira e previdenciária, estimulando as entidades a orientar seus participantes a fim de que façam escolhas que agreguem benefícios durante sua vida laboral e na aposentadoria.

## Rentabilidade dos fundos de pensão, de 2004 a setembro de 2010 (em %)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Set/2010	Acumulado
Rentabilidade nominal	20,05	17,85	23,6	21,31	-1,27	21,48	<b>7,55</b>	173,63
TMA*	12,5	11,35	8,98	11,47	12,86	10,36	<b>8,43</b>	105,52
Rentabilidade acima da TMA	6,71	5,84	13,42	8,83	-14,29	10,08	<b>-0,81</b>	30,47
Ibovespa	17,81	27,71	32,93	43,65	-41,22	70,43	<b>1,23</b>	191,35
DI / Selic	17,75	18	13,25	11,18	13,66	9,84	<b>6,97</b>	133,64

\* Taxa Mínima Atuarial da maioria dos planos BD: INPC + 6% ao ano

Fonte: Diace/Previc

# A Fundação Banorte em 2010

No último ano, a Banorte contabilizou avanços em várias frentes, além de consolidar processos e atividades que já vêm sendo realizados nos últimos anos. A seguir, estão os principais destaques de 2010 que foram norteados por premissas de governança corporativa, transparência, eficiência, segurança e pela busca do melhor relacionamento com os participantes.

## Educação financeira e previdenciária

Em linha com as diretrizes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), as entidades de previdência complementar do Itaú Unibanco promovem diversas ações que visam fazer com que os participantes compreendam a importância de cuidar de suas finanças e recursos previdenciários. Essas iniciativas envolvem a publicação de informativo bimestral, sites, serviços de atendimento telefônico, encontros semestrais com as associações de aposentados e conselheiros eleitos para disseminação de conteúdos previdenciários.

## Aposentados homenageados

A Banorte homenageou todos os seus aposentados em evento que comemorou, no Rio de Janeiro, o Dia do Aposentado – 24 de janeiro. Organizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp) e pelo Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp), a cerimônia reuniu representantes indicados por entidades

de todo o país. Isaltino Bezerra e Silva recebeu a homenagem em nome dos aposentados da Fundação.

## Encontros com associações e conselheiros eleitos

Em parceria com as demais fundações ligadas ao Itaú Unibanco, a Fundação Banorte recebeu conselheiros eleitos e representantes das associações de seus aposentados – ANAB, AFA, AFAB, AFACI, AFABEG, AJUBEMGE e APATREVO – para dois encontros em São Paulo (SP). Além de estreitar o relacionamento com as entidades, os convidados tiveram a oportunidade de assistir a duas palestras: em maio, com Carlos Alberto de Paula, diretor de Análise Técnica da Previc, sobre “Aspectos institucionais e desafios da previdência complementar fechada”; e, em novembro, com o advogado Fábio Junqueira, sobre “A necessidade de constituição de reserva matemática em processos judiciais”.

Encontro com associações e conselheiros eleitos





Evento dos assistidos em Recife

### Evento dos assistidos

Cerca de 3.600 pessoas (assistidos, pensionistas e seus convidados) participaram de mais uma edição do evento dos assistidos, promovido pelas entidades de previdência complementar do Itaú Unibanco. O pré-convite foi acompanhado de dicas de educação financeira, em linha com o tema da festa - "Sonhando com os pés no chão" - que chamou a atenção para os cuidados na gestão das finanças. Um show do cantor Jair Rodrigues animou os convidados nas cinco capitais onde evento foi realizado, nos meses de setembro e outubro: Recife (PE), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Curitiba (PR).



### Novo site na internet

Com novo endereço, [www.fundacaobanorte.com.br](http://www.fundacaobanorte.com.br), o site da entidade foi totalmente reformado para se adequar ao padrão das demais fundações do Itaú Unibanco. O visual ficou mais moderno e a navegação foi simplificada para facilitar o

acesso às informações, tornando essa ferramenta ainda mais útil e atrativa. O site apresenta novos conteúdos e funcionalidades como as principais leis, decretos e resoluções do setor, além de links importantes para chegar às páginas do órgão regulador, instituições do mercado financeiro e associações. Também estão disponíveis o Manual do Participante, Regulamento do plano, Estatuto, Relatórios, composição dos Conselhos e relação de patrocinadoras, entre outros documentos.

### Reuniões dos Conselhos

Nos meses de março, maio, setembro e novembro, os membros do Conselho Deliberativo fizeram suas quatro reuniões ordinárias anuais. No Conselho Fiscal, as reuniões foram realizadas em março e agosto. Nesses encontros, os conselheiros analisaram os principais assuntos ligados à gestão da entidade, bem como seus balanços contábeis. Em 2010, houve modificações na formação dos Conselhos (sua composição em dezembro de 2010 está na página 9).



### Participantes bem informados

Os participantes da Fundação Banorte são continuamente atualizados a respeito das atividades e projetos desenvolvidos pela entidade. Isso se dá das mais diversas formas - por meio

de cartas, informativo bimestral, site, comunicados e contatos telefônicos, entre outros. O informativo "Com você" trata de temas relativos à previdência e aborda assuntos de interesse sobre o sistema previdenciário.



### Certificação dos dirigentes

Os três diretores da Banorte – Sergio Fajerman, Reginaldo José Camilo e Arnaldo Cesar Serighelli - receberam certificação por experiência do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS). Gabriel Amado de Moura, diretor de Investimentos das fundações, já havia sido certificado como administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETQ), responsável formal pelos investimentos da entidade. A certificação dos dirigentes é uma exigência do Conselho Monetário Nacional (CMN) para garantir a qualidade da gestão dos recursos dos fundos de pensão. O prazo legal para esse processo vai até 31 de dezembro de 2014.

### Congresso da Abrapp

Conselheiros, diretores e gerentes das fundações de previdência do Itaú Unibanco estiveram no 31º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, em Recife (PE), de 17 a 19 de novembro. A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), uma das organizadoras do evento, elegeu o tema “Prosperidade e Desafios” para estimular os congressistas a debater o cenário econômico favorável e o crescimento do sistema. Com público recorde, o evento atraiu 3.200 pessoas para atividades que incluíram palestras, plenárias e painéis.

### Processo eleitoral

De 31 de maio a 8 de junho, os participantes puderam escolher seus representantes para os Conselhos da entidade. Com 309 votos válidos (54% dos assistidos da Banorte), os eleitos foram:

### Conselho Deliberativo

Titulares Isaltino Bezerra e Silva  
Hercílio Ricardo Ferreira Filho

Suplentes Manfredo de Andrade Sarda  
Antônio Câmara Ferreira

### Conselho Fiscal

Titular Djalma Desenzi

Suplente Roberto Pinto de Medeiros



Congresso da Abrapp

# Quem somos

## Participantes Assistidos

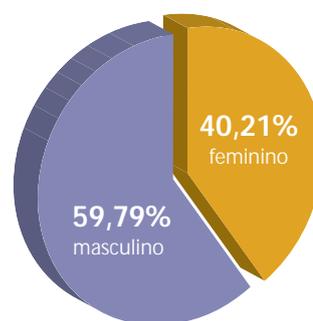
Inclui pensionistas • base: outubro 2010

### Total de Participantes

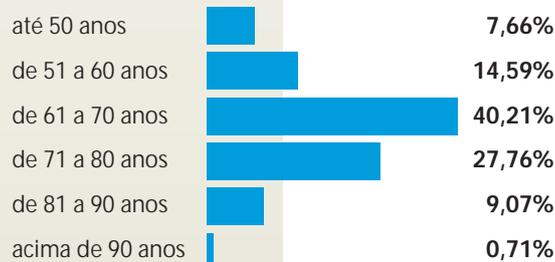
555\*

\* O Plano II possui também 7 participantes ativos

### Sexo



### Faixas Etárias



Plano II - Idade média: 67 anos

### Presença nos Estados

Pernambuco	60,50%
São Paulo	13,88%
Rio de Janeiro	9,61%
Outros	16,01%

### Tipo de benefício

Tempo de contribuição	317
Pensão	181
Invalidez	55
Idade	2

# Órgãos de **Administração**

## Conselho Deliberativo

	Titulares	Suplentes
Presidente	Osvaldo do Nascimento	João Jacó Hazarabedian
Conselheiros indicados	Marco Antonio Antunes Maurício Ferreira de Souza Gilberto Trazzi Canteras	Ricardo Terenzi Neuenschwander Demosthenes Madureira de Pinho Neto Sergio Souza Fernandes Junior
Conselheiros eleitos	Hercílio Ricardo Ferreira Filho Isaltino Bezerra e Silva	Manfredo de Andrade Sarda Antonio Câmara Ferreira

## Conselho Fiscal

	Titulares	Suplentes
Presidente	Plinio Cardoso da Costa Patrão	Ottavio Aldo Ronco
Conselheiros indicados	Luiz Antonio Fernandes Caldas Morone	Alberto Lacava
Conselheiros eleitos	Djalma Desenzi	Roberto Pinto de Medeiros

## Diretoria

Diretor Superintendente	Sergio Fajerman
Diretor de Investimentos	Gabriel Amado de Moura
Diretores Gerentes	Arnaldo Cesar Serighelli Reginaldo José Camilo





Av. Conselheiro Aguiar, 3.670 – 1º andar  
CEP 51020-021  
Recife - PE

[www.fundacaobanorte.com.br](http://www.fundacaobanorte.com.br)



# Relatório Anual 2010

- 2** Balanço Patrimonial
- 3** Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
- 5** Demonstrac o do Ativo Líquido
- 6** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa
- 8** Demonstrac o das Obriga es Atuariais
- 9** Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis
- 18** Parecer Atuarial
- 24** Parecer dos Auditores Independentes
- 26** Parecer do Conselho Fiscal
- 27** Manifestac o do Conselho Deliberativo
- 28** Informe Resumo dos Investimentos
- 30** Resumo da Política de Investimentos



# Balanço Patrimonial

em milhares de Reais

Ativo	31/12/2010	31/12/2009
<b>Disponível</b>	<b>9.112</b>	<b>234</b>
<b>Realizável</b>	<b>56.840</b>	<b>62.886</b>
Gestão Administrativa (Nota 5)	68	87
Investimentos	56.772	62.799
Títulos Públicos (Nota 6)	45.019	42.543
Fundos de Investimento (Nota 6)	6.728	15.070
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	1.286	1.545
Outros Realizáveis (Nota 6)	3.739	3.641
<b>Permanente (Nota 8)</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Imobilizado	2	2
<b>Total do Ativo</b>	<b>65.954</b>	<b>63.122</b>

Passivo	31/12/2010	31/12/2009
<b>Exigível Operacional (Nota 09)</b>	<b>582</b>	<b>560</b>
Gestão Previdencial	271	272
Gestão Administrativa	311	288
<b>Exigível Contingencial (Nota 10)</b>	<b>219</b>	<b>214</b>
Gestão Previdencial	134	114
Gestão Administrativa	85	100
<b>Patrimônio Social</b>	<b>65.153</b>	<b>62.348</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano (Nota 11)	65.151	62.346
Provisões Matemáticas	65.151	62.346
Benefícios Concedidos	140.017	138.236
Benefícios a Conceder	2.750	2.523
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(77.616)	(78.413)
Fundos (Nota 12)	2	2
Fundos Administrativos	2	2
<b>Total do Passivo</b>	<b>65.954</b>	<b>63.122</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

# Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Consolidada

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2010
<b>A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício</b>	<b>62.346</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>16.755</b>
( + ) Contribui�es Previdenciais	9.033
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.791
( + ) Receitas Administrativas	931
<b>2. Destina�es</b>	<b>(13.950)</b>
( - ) Benefícios	(12.999)
( - ) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(20)
( - ) Despesas Administrativas	(899)
( - ) Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	(32)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)</b>	<b>2.805</b>
( + / - ) Provisões Matemáticas	2.805
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)</b>	<b>65.151</b>
<b>C) Fundos Não Previdenciais</b>	<b>2</b>
( + / - ) Fundos Administrativos	2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

# Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

em milhares de Reais

31/12/2010

Descri�o	Plano BD I	Plano BD II	Total
<b>A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício</b>	-	<b>62.346</b>	<b>62.346</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>12</b>	<b>16.624</b>	16.636
( + ) Contribui�es	-	9.845	9.845
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	12	6.779	6.791
<b>2. Destina�es</b>	<b>(12)</b>	<b>(13.819)</b>	<b>(13.831)</b>
( - ) Benefícios	(12)	(12.987)	(12.999)
( - ) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	-	(20)	(20)
( - ) Custeio Administrativo	-	(812)	(812)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)</b>	-	<b>2.805</b>	<b>2.805</b>
( + / - ) Provisões Matemáticas	-	2.805	2.805
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)</b>	-	<b>65.151</b>	<b>65.151</b>
<b>C) Fundos Não Previdenciais</b>	-	<b>2</b>	<b>2</b>
( + / - ) Fundos Administrativos	-	2	2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

# Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2010			31/12/2009
	Plano BD I	Plano BD II	Total	
<b>1. Ativos</b>	<b>204</b>	<b>65.750</b>	<b>65.954</b>	<b>63.122</b>
Disponível	-	9.112	9.112	234
Recebível	-	68	68	87
<b>Investimentos</b>	<b>204</b>	<b>56.568</b>	<b>56.772</b>	<b>62.799</b>
Títulos Públicos	-	45.019	45.019	42.543
Fundos de Investimento	204	6.524	6.728	15.070
Investimentos Imobiliários	-	1.286	1.286	1.545
Outros Realizáveis	-	3.739	3.739	3.641
<b>Permanente</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>2. Obrigações</b>	<b>204</b>	<b>597</b>	<b>801</b>	<b>774</b>
Operacional	202	380	582	560
Contingencial	2	217	219	214
<b>3. Fundos Não Previdenciais</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Fundos Administrativos	-	2	2	2
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativos Líquidos (1 - 2 - 3 - 4)</b>	<b>-</b>	<b>65.151</b>	<b>65.151</b>	<b>62.346</b>
Provisões Matemáticas	-	65.151	65.151	62.346

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

# Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2010
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>2</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>931</b>
1.1. Receitas	931
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	812
Custeio Administrativo dos Investimentos	117
Outras Receitas	2
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(931)</b>
2.1. Administração Previdencial	(814)
Pessoal e Encargos	(196)
Treinamento/Congressos e Seminários	(7)
Viagens e Estadias	(42)
Serviços de Terceiros	(357)
Despesas Gerais	(186)
Contingências	(26)
2.2. Administração dos Investimentos	(117)
Serviços de Terceiros	(111)
Contingências	(6)
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>-</b>
<b>4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>-</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>-</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)</b>	<b>2</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

31/12/2010

Descrição	Plano BD I	Plano BD II	Total
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	-	2	2
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	-	<b>931</b>	<b>931</b>
1.1. Receitas	-	931	931
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	-	812	812
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	117	117
Outras Receitas	-	2	2
<b>2. Despesas Administrativas</b>	-	<b>(931)</b>	<b>(931)</b>
2.1. Administração Previdencial	-	(814)	(814)
2.1.2. Despesas Específicas	-	(814)	(814)
Pessoal e Encargos	-	(196)	(196)
Treinamento/Congressos e Seminários	-	(7)	(7)
Viagens e Estadias	-	(42)	(42)
Serviços de Terceiros	-	(357)	(357)
Despesas Gerais	-	(186)	(186)
Contingências	-	(26)	(26)
2.2. Administração dos Investimentos	-	(117)	(117)
2.2.2. Despesas Específicas	-	(117)	(117)
Serviços de Terceiros	-	(111)	(111)
Contingências	-	(6)	(6)
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	-	-	-
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	-	-	-
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	-	-	-
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)</b>	-	<b>2</b>	<b>2</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

# Demonstração das Obrigações Atuariais por Plano de Benefícios

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2010			31/12/2009
	Plano BD I	Plano BD II	Total	
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)</b>	-	<b>65.151</b>	<b>65.151</b>	<b>62.346</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	-	<b>65.151</b>	<b>65.151</b>	<b>62.346</b>
1.1. Benefícios Concedidos	-	140.017	140.017	138.236
Benefício Definido	-	140.017	140.017	138.236
1.2. Benefícios a Conceder	-	2.750	2.750	2.523
Benefício Definido	-	2.750	2.750	2.523
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	(77.616)	(77.616)	(78.413)
(-) Déficit Equacionado	-	(77.616)	(77.616)	(78.413)
(-) Patrocinador(es)	-	(77.616)	(77.616)	(78.413)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A BANORTE – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, constituída em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela portaria nº 2.109, de 29 de abril de 1980, do Ministério da Previdência Social – MPS, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC e as resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente, voltados aos empregados das patrocinadoras, cujo principal patrocinador é o Itaú Unibanco S/A.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

A BANORTE administra dois planos de benefícios definidos, BD I e BD II, de acordo com os respectivos regulamentos, os quais foram aprovados através da Portaria DETEC/SPC nº 703 e 702, respectivamente, de 22 de setembro de 2006, e posteriores alterações.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro de 2010 e 30 de setembro de 2009 apresenta a seguinte posição:

PLANO	Ativos				Assistidos (1)				Total			
	2010		2009		2010		2009		2010		2009	
	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes
BD I (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BD II	7	19	7	19	555	396	561	406	562	415	568	425
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>555</b>	<b>396</b>	<b>561</b>	<b>406</b>	<b>562</b>	<b>415</b>	<b>568</b>	<b>425</b>

(1) Incluem pensionistas.

(2) Em 2009 houve a migração dos pensionistas do Plano I para o Plano II, passando o Plano I a ter apenas ex-participantes com saldo de reserva a receber.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPC, especificamente a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009; Resolução CNPC nº 01, de 03 de março de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010. Os saldos do exercício de 2009 foram ajustados para fins de comparabilidade com o exercício de 2010.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão unifundo de forma segregada entre o plano de Benefícios Definido I (BD I) e Benefícios Definido II (BD II), e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial:** atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

- **Gestão Administrativa:** atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

- **Investimentos:** registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

## NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas, conforme mencionado na nota explicativa nº. 2, estão resumidas em:

### a) Ativo Realizável

• **Gestão Previdencial:** compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio e as contribuições contratadas com a patrocinadora.

• **Gestão Administrativa:** compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora e outros eventos administrativos.

• **Investimentos:** os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

#### I. Títulos Públicos e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

**a. Títulos para negociação:** quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

**b. Títulos mantidos até o vencimento:** quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

#### II. Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustado a valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2010, suportadas por laudos técnicos, como determina a Resolução CMN nº. 3.792, de 24 de setembro de 2009 e a Resolução CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2009. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

#### III. Provisão para Perdas

Constituída considerando a avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou consideradas de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir perdas.

### b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear à taxa abaixo, tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

• Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos: 10% a.a

### c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

### d) Exigível Contingencial

É registrado o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- o registro da provisão no Passivo dos planos é registrado em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- o depósito judicial é registrado no Passivo Contingencial do plano em conta redutora.

## **e) Plano de Gestão Administrativa – PGA**

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

## **f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas**

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

## **g) Contabilização entre os Planos**

O Plano BD I possui compromissos com ex-participantes registrados nos grupos de Exigível Operacional e Exigível Contingencial, utilizando-se da metodologia unifundo, tendo os seus ativos (Fundo de Aplicações em Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros – Renda Fixa) segregados para cobertura dos mesmos, sendo os demais compromissos contabilizados no Plano BD II.

## **h) Imposto de Renda**

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

## **i) PIS e COFINS**

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal face ao processo nº. 2009-83.00.010036-8 (Nota 10).

## **NOTA 4 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO**

Representa as contribuições realizadas pelas patrocinadoras e participantes para a cobertura das despesas administrativas da Entidade, sendo o percentual de contribuição estabelecido pelos consultores atuariais externos.

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são custeadas mensalmente pela patrocinadora, conforme estabelecido anualmente na Nota Técnica do Atuário Independente e contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e as despesas administrativas de investimentos custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009  
em milhares de Reais

## NOTA 5 - ATIVO REALIZÁVEL

Descrição	2010	2009
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>68</b>	<b>87</b>
Contribuições da patrocinadora (1)	58	68
Seguro (2)	10	19
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>87</b>

(1) Contribuição da patrocinadora para cobertura das despesas administrativas do Plano BD II.

(2) Seguro responsabilidade por Gestão de Previdência Complementar.

## NOTA 6 - INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

### a) Composição dos Investimentos

Descrição	2010			2009
	Plano BD I	Plano BD II	Total	
<b>Investimentos</b>				
Títulos Públicos	-	45.019	45.019	42.543
Fundos de Investimentos	204	6.524	6.728	15.070
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	-	1.286	1.286	1.545
Outros Realizáveis (1)	-	3.739	3.739	3.641
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>56.568</b>	<b>56.772</b>	<b>62.799</b>

(1) Refere-se a Ação Ordinária de Repetição de Indébito promovida pela Entidade em razão de imunidade tributária, relativa ao recolhimento do IRRF para o período de 1988/1989. O TRF decidiu pela liberação do pagamento do precatório em 5 (cinco) parcelas, com vencimento previsto para Julho/2011.

## b) Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e valores mobiliários são custodiados no SELIC, na CETIP, na CBLIC, no Itaú Unibanco e em outras instituições financeiras.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários já ajustados aos respectivos valores de mercado.

Banorte	Valor de Mercado (1)				
	Vencimento			Total	
	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2010	31/12/2009
<b>Títulos Públicos</b>	-	-	<b>45.019</b>	<b>45.019</b>	<b>42.543</b>
<b>Fundo de Investimento</b>	<b>4.666</b>	<b>2.062</b>	-	<b>6.728</b>	<b>15.070</b>
Fundo de Investimento - Exclusivos	-	2.062	-	2.062	10.307
Letras do Tesouro Nacional	-	1.770	-	1.770	9.630
Notas do Tesouro Nacional	-	59	-	59	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	233	-	233	677
Fundos de Investimento em Ações	3.738	-	-	3.738	3.739
Fundos de Investimento Imobiliários	928	-	-	928	1.024
<b>Total</b>	<b>4.666</b>	<b>2.062</b>	<b>45.019</b>	<b>51.747</b>	<b>57.613</b>

(1) Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço e os classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado.

As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

Apresentamos abaixo os Títulos e Valores Mobiliários classificados por categoria:

	31/12/2010	31/12/2009
Títulos para Negociação	6.728	15.070
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	45.019	42.543
<b>Total</b>	<b>51.747</b>	<b>57.613</b>

(1) Corresponde a NTNBS no montante de R\$ 45.019 (R\$ 42.543 em 2009) com vencimento até 2045. O valor de mercado destes títulos é de R\$ 52.175 (R\$ 43.429 em 2009). A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria. No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

## NOTA 7 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Descrição	2010	2009
<b>Aluguéis e Renda</b>		
Locadas a Terceiros (1) e (2)	1.279	1.585
( - ) Depreciação acumulada	(5)	(52)
Aluguéis a Receber	12	12
<b>Total</b>	<b>1.286</b>	<b>1.545</b>

(1) Venda de Imóveis: Em Novembro/2010 foi efetuada a venda da imóvel situado na Rua Antonio Lumack do Monte, 203 - Lj. 01 a 03 - Boa Viagem - RE (Imperial Flat), cujo resultado foi de (R\$ 68).

(2) Reavaliação de Imóveis: De acordo com a legislação em vigor, foram procedidas reavaliações no meses de Maio e Novembro/2010, com base na norma NBRº 14.653 – Partes 1 e 2 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009  
em milhares de Reais

Imóvel	Posição Contábil Maio/2010	Valor de Reavaliação	Resultado	Vida Útil	Empresa Avaliadora
<b>Locadas a Terceiros</b>					
Imperial Flat	555	570	15	83	Global Avaliações e Estudos Técnicos
Banorte Clube RJ	449	500	51	30	Praxis Avaliação Patrimonial Ltda.
Maciel Pinheiro	521	779	258	70	Global Avaliações e Estudos Técnicos
<b>Total</b>	<b>1.525</b>	<b>1.849</b>	<b>324</b>		

Os imóveis foram avaliados pelo método comparativo de mercado e o resultado positivo líquido da reavaliação, no montante de R\$ 324, foi registrado em Investimentos Imobiliários, em contrapartida da Despesa de Investimentos.

## NOTA 8 - ATIVO PERMANENTE

Descrição	2010	2009
<b>Imobilizado</b>		
<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Custo Corrigido	6	6
( - ) Depreciação	(6)	(6)
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Cuto Corrigido	4	4
( - ) Depreciação	(2)	(2)
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

## NOTA 9 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição			2010	2009
	Plano BD I	Plano BD II	Total	
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>202</b>	<b>69</b>	<b>271</b>	<b>272</b>
Reserva de Poupança (1)	202	-	202	202
Retenções sobre folha benefícios	-	69	69	70
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>-</b>	<b>311</b>	<b>311</b>	<b>288</b>
Provisão de férias	-	15	15	-
Obrigações com serviços de terceiros (2)	-	287	287	280
Retenções a recolher	-	9	9	8
<b>Total</b>	<b>202</b>	<b>380</b>	<b>582</b>	<b>560</b>

(1) Plano BD I: Reserva de poupança de ex-participantes com cancelamento de ação judicial e que não são elegíveis a este benefício;

(2) Serviços advocatícios, de informática, consultoria atuarial e taxa de administração dos investimentos.

## NOTA 10 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	2010			2009
	Plano BD I	Plano BD II	Total	
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>2</b>	<b>132</b>	<b>134</b>	<b>114</b>
Reserva de Poupança - Desligados	92	290	382	360
( - ) Depósito Judicial - Desligados	(90)	(158)	(248)	(246)
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>-</b>	<b>85</b>	<b>85</b>	<b>100</b>
Provisão - PIS/COFINS	-	74	74	24
( - ) Depósito Judicial - PIS/COFINS	-	(71)	(71)	(20)
Prov. de risco Processuais Adm. e Trabalhistas	-	372	372	353
( - ) Depósito Judicial - Processos Trabalhistas	-	(290)	(290)	(257)
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>217</b>	<b>219</b>	<b>214</b>

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações tributárias de perda possível, cujo valor histórico é de R\$ 7.417, sendo que as naturezas referem-se à incidência de Imposto de Renda e IOF sobre aplicações financeiras no período de 1990/1994.

## NOTA 11 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

**a)** As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

**I. Provisões de benefícios concedidos:** correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

**II. Provisões de benefícios a conceder:** correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras.

**III. Provisões matemáticas a constituir:** correspondem ao valor do contrato de equacionamento do déficit, firmado junto ao Patrocinador, atualizado na data de balanço de acordo com o resultado da avaliação atuarial.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009  
em milhares de Reais

## b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas do Plano BD II consideram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Hipótese	2010/2009
Taxa Real Anual de Juros	6,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	0%
Tábua de Mortalidade Geral (1)	AT83
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57
Tábua de Entrada e Invalidez	TASA 1927
Projeção de Crescimento Real do Benefício do INSS/Plano	0%
Fator de Capacidade de Benefícios e de Salários	100%
Índice do Plano	INPC-IBGE
Rotatividade	Nula
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 3 anos mais jovem Assistidos: família informada
Método Actuarial	Idade de entrada
Aposentadoria	1º Elegibilidade

(1) Segregado por Sexo. A tábua de mortalidade adotada corresponde àquela divulgada pelo SOA - "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, que reflete um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação à respectiva tábua básica.

## c) Evolução

Descrição	Saldos em 31/12/2009	Constituição Líquida	Saldos em 31/12/2010
<b>Provisões Matemáticas</b>			
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>138.236</b>	<b>1.781</b>	<b>140.017</b>
Plano BD II	138.236	1.781	140.017
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>2.523</b>	<b>227</b>	<b>2.750</b>
Plano BD II	2.523	227	2.750
<b>( - ) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>(78.413)</b>	<b>797</b>	<b>(77.616)</b>
Plano BD II	(78.413)	797	(77.616)
<b>Total</b>	<b>62.346</b>	<b>2.805</b>	<b>65.151</b>

A evolução do saldo do contrato de déficit equacionado foi a seguinte:

Descrição	2010	2009
<b>Saldo no início do período</b>	<b>(78.413)</b>	<b>(76.695)</b>
Recebimento da parcela anual	8.949	8.226
Atualização	(4.857)	(7.988)
Repactuação do Contrato - Absorção do Déficit do período	(3.295)	(1.956)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(77.616)</b>	<b>(78.413)</b>

Foi firmado, em 14 de novembro de 2006, contrato junto ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A, sucessor do Banco Bandeirantes S/A, e suas coligadas, Unicard (Banco Múltiplo S/A) e Unibanco Seguros S/A, os quais assumiram o patrocínio da Entidade através de Instrumento Particular de Consolidação e Parcelamento de Dívida e Outras Avenças no valor de R\$ 76.165, sendo financiado em 18 (dezoito) anos e com prestações anuais, com a finalidade de restabelecer a situação econômico-financeira, preservar os direitos já adquiridos e atribuir aos participantes os benefícios com eles contratados, mediante gestão sob responsabilidade e a cargo do patrocinador. O contrato é atualizado pela tabela price, corrigido mensalmente pela variação do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), acrescido ao equivalente mensal a taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

## NOTA 12 - FUNDOS

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

**a) Fundos Administrativos** - Constituído com base no excedente superavitário verificado na apuração do resultado da Gestão Administrativa Previdencial, com finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura das despesas administrativas. A entidade deve obrigatoriamente possuir recursos nesta conta, no mínimo, equivalentes ao saldo registrado no Ativo Permanente.

Descrição	2010	2009
<b>Fundos</b>		
Fundos Administrativos	2	2
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

## NOTA 13 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

**a)** A entidade, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Sergio Guillinet Fajerman • Diretor Superintendente • CPF 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo • Contador • CRC nº 1SP114.497/O-9 • CPF 859.338.648-20

Informamos que o Plano de Benefícios I (Plano I) não possui nenhuma obrigação atuarial em decorrência da transferência dos participantes remanescentes, em 2009, para o Plano de Benefícios II (Plano II), extinguindo assim a população do Plano I.

Entretanto, o Plano I ainda possui valores provisionados nos Exigíveis Operacional, referente a reservas de poupança não pagas, e Contingencial respectivamente nos valores de R\$ 202.169,44 e R\$ 2.068,20, que totalizam R\$ 204.237,64 em 31/12/2010.

Diante do exposto, informamos que o Plano I não possui resultado, uma vez que não há mais obrigações atuariais.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras.

São Paulo, março de 2011.

**Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda.**

Luiz Alberto Garcia Alvernaz • MIBA nº 551

Roberto Takeshi Kubota • MIBA nº 1.464

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefícios II da Banorte Fundação, patrocinado pelo Unibanco, com o objetivo de identificar sua situação financeiro-atuarial e propor um plano de custeio para o ano-calendário 2011.

Na preparação desta avaliação utilizamos informações e dados que nos foram fornecidos pela Banorte Fundação e outras pessoas ou organizações por ela designadas. A avaliação resumida neste relatório envolve cálculos atuariais para os quais são necessárias hipóteses sobre eventos futuros.

Entendemos que as hipóteses utilizadas nesta avaliação estão dentro do intervalo razoável para a sua finalidade. Contudo, outras hipóteses também são razoáveis e apropriadas e produziriam resultados diferentes.

Em nossa opinião, todos os métodos, hipóteses e cálculos estão de acordo com as exigências legais, enquanto os procedimentos seguidos e a apresentação dos resultados estão em conformidade com as práticas e princípios atuariais geralmente aceitos. O Itaú Unibanco, em conjunto com a Towers Watson, foi responsável pela seleção do método atuarial.

### Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde a 31/10/2010. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados de participantes, mas o cadastro foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

Registramos que não foi aplicada recomposição salarial e de benefício, uma vez que os salários e os benefícios informados na base de dados já contemplam os reajustes concedidos no exercício de 2010.

### Características do Plano

O Plano de Benefícios II da Banorte Fundação está estruturado na modalidade Benefício Definido, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

### Hipóteses Atuariais

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2010 e 2009 foram:

Hipótese	2010	2009
Tábua de Mortalidade Geral	AT83, específica por sexo	AT83, específica por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB57	IAPB57
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA1927
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 3 anos mais jovem Assistidos: família informada	Ativos: 90% casados e esposa 3 anos mais jovem Assistidos: família informada
Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Juros	6% a.a.	6% a.a.
Aposentadoria	1ª elegibilidade	1ª elegibilidade
Crescimento Salarial	0% para empregados 0% para autopatrocinados	0% para empregados 0% para autopatrocinados
Capacidade Salarial	100%	100%
Capacidade de Benefícios	100%	100%
Índice do Plano	INPC-IBGE	INPC-IBGE

As hipóteses para esta Avaliação são as mesmas que foram adotadas na Avaliação Atuarial de 2009, as quais foram aprovadas pelas patrocinadoras em 20/1/2011.

Ressaltamos que para essa Avaliação Atuarial, as hipóteses adotadas estão em conformidade com a Resolução CGPC nº18, de 28/3/2006.

**Resultados**

As Provisões Matemáticas correspondentes em 31/12/2010 estão detalhadas no quadro a seguir:

		Valores em R\$ 1,00
<b>23110000000</b>	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>65.151.479,51</b>
<b>23110100000</b>	<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>140.016.830,00</b>
231101020000	BD estruturado em Reg. Capitalização	140.016.830,00
231101020100	VABF Programados - Assistidos	110.834.674,00
	Aposentadorias	110.834.674,00
231101020200	VABF Não Programados - Assistidos	29.182.156,00
	Aposentadoria por Invalidez	7.012.959,00
	Pensão	18.026.263,00
	Pecúlio	4.142.934,00
<b>23110200000</b>	<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>2.750.501,00</b>
231102020000	Benefício Definido	2.750.501,00
231102020000	BD Estr em Reg. Capitalização Programado	2.676.343,00
231102020100	VABF Programados	2.744.757,00
	Aposentadorias Programadas	2.744.757,00
231102020200	VACF Patrocinadores	0,00
231102020300	VACF Participantes	(68.414,00)
231102030000	BD Estr em Reg. Capital. Não Programado	74.158,00
231102030100	VABF Não Programados	76.168,00
	Aposentadoria por Invalidez:	16.349,00
	Pensão	19.768,00
	Pecúlio	40.051,00
231102030200	VACF Patrocinadores	0,00
231102030300	VACF Participantes	(2.010,00)
231102040000	BD Estr em Reg. Rep. Cap. de Cobertura	0,00
231102050000	BD Estr em Regime de Repartição Simples	0,00
<b>23110300000</b>	<b>Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>(77.615.851,49)</b>
231103010000	Serviço Passado	0,00
231103010100	Patrocinadores	0,00
231103010200	Participantes	0,00
231103020000	Déficit Equacionado	(77.615.851,49)
231103020100	Patrocinadores	(77.615.851,49)
231103020200	Participantes	0,00
231103020300	Assistidos	0,00
231103030000	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
231103030100	Patrocinadores	0,00
231103030200	Participantes	0,00
231103030300	Assistidos	0,00

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo atuarial de 6,53% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscritos no Plano de Benefícios II, calculado atuarialmente e posicionado em 31/12/2010.

O custo administrativo aprovado pelo Conselho Deliberativo para o exercício de 2011 é de R\$ 1.637.541,00, o qual representa um valor mensal de R\$ 125.964,69, considerando o pagamento dobrado no mês de dezembro.

### Plano de Custeio Proposto

O Plano de Custeio de Participantes Ativos do Plano de Benefícios II é definido em faixas salariais no seu regulamento, conforme tabela a seguir:

Faixas Salariais em UR	Taxa sobre a parcela salarial
Até 0,66864	3%
De 0,66865 a 1,33728	5%
De 1,33729 a 2,67456	10%
De 2,67457 a 5,34912	11%
De 5,34913 a 21,39648	13%

A aplicação das taxas regulamentares sobre o salário futuro dos Participantes Ativos leva a uma contribuição média de 7,40%, o que representa um 0,87% acima do custo atuarial do Plano. Diante deste fato, essa receita excedente será destinada para custear uma parcela das despesas administrativas.

Considerando que as contribuições dos participantes suportam integralmente o custo atuarial, a patrocinadora será responsável pelo custeio administrativo.

Isto posto, demonstramos a seguir o Custeio Anual Proposto para o exercício de 2011:

Valores anuais estimados em R\$				
Custeio	Atuarial	Administrativo	Total	Proporção
Participante	70.404,00	9.348,00	79.752,00	4,67%
Patrocinadora	0,00	1.628.193,00	1.628.193,00	95,33%
<b>Total</b>	<b>70.404,00</b>	<b>1.637.541,00</b>	<b>1.707.945,00</b>	<b>100,00%</b>

O Plano de Custeio Proposto atende ao custo do Plano definido atuarialmente nesta Avaliação Atuarial.

### Situação Financeiro-Atuarial

O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Benefícios II, no momento imediatamente anterior à repactuação do contrato de dívida, é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2010:

	Valores em R\$
<b>Ativo Total</b>	<b>65.954.324,51</b>
Exigível Operacional	(582.258,81)
Exigível Contingencial	(218.651,90)
Fundos	(1.934,29)
<b>Ativo Líquido Previdencial</b>	<b>65.151.479,51</b>
Provisões Matemáticas	(63.541.493,47)
<b>Resultado</b>	<b>1.609.986,04</b>
Saldo do contrato antes repactuação	(79.225.837,53)
Saldo do contrato após repactuação (1)	(77.615.851,49)

(1) Saldo do contrato registrado em Provisões Matemáticas a Constituir

Registramos que, para atendimento ao disposto no Anexo B da Instrução Normativa nº34, de 24/09/2009, na Avaliação Atuarial de 2010, o saldo do contrato de dívida deixou de ser componente do ativo do Plano de Benefícios II, passando a integrar a conta "Provisões Matemáticas a Constituir".

Diante disso, é correto dizer que o valor do Ativo Líquido Previdencial é superior à soma das Provisões Matemáticas de R\$ 63.541.493,47, atuariamente calculadas, resultando em um superávit financeiro-atuarial de R\$ 1.609.986,04.

Conforme contrato firmado pela Patrocinadora, o referido superávit foi incorporado ao saldo remanescente do contrato, registrado nas provisões matemáticas – conta Provisões Matemáticas a Constituir – do Plano de Benefícios II. Isto posto, o referido Plano registrou equilíbrio financeiro atuarial absoluto no encerramento do exercício de 2010.

O ativo informado não foi auditado ou objeto de análise pela Towers Watson a respeito da qualidade dos investimentos.

Conforme informado pelo administrador da carteira de investimentos da Banorte Fundação, existem títulos na carteira da Entidade classificados na categoria Títulos mantidos até o vencimento. Tais títulos, de acordo com a declaração daquele administrador, serão resgatados nas respectivas datas de vencimento sendo a última em 2045.

De acordo com Fluxo Atuarial elaborado pela Towers Watson e, de acordo com a manifestação do administrador dos investimentos, a Banorte Fundação tem capacidade financeira para manter os referidos títulos em sua carteira de investimentos até as respectivas datas de vencimento, bem como, suportar as obrigações definidas no regulamento, avaliadas atuariamente e registradas nas respectivas Provisões Matemáticas do Plano apresentadas neste Parecer Atuarial.

### Dívidas Contratadas

Informamos que o Plano de Benefícios II, em 31/12/2010, registra uma dívida com o Itaú Unibanco no montante de R\$ 77.615.851,49, a qual se origina do déficit apurado em 31/5/2006 quando da implantação do Plano de Benefícios II com migração de participantes do Plano de Benefícios I, e vem sendo amortizada de acordo com os termos contratuais.

A patrocinadora do Plano de Benefícios II, responsável pela amortização do contrato, efetuou, em dezembro/2010, um pagamento na importância de R\$ 8.949.358,95, referente à 5ª (quinta) prestação do contrato, restando ainda 13 (treze) prestações anuais.

### **Provisões Matemáticas a Constituir**

O montante de R\$ 77.615.851,49, registrado no balancete posicionado em 31/12/2010 refere-se ao saldo do contrato de dívida com o Itaú Unibanco.

### **Fundos**

Não há registro de fundos previdenciais para o Plano de Benefícios II.

O Fundo Administrativo registrado no Plano de Benefícios II, no valor de R\$ 1.934,29, visa assegurar o saldo mínimo equivalente ao valor do Ativo Permanente.

### **Alteração Regulamentar**

Não houve nenhuma alteração regulamentar durante o exercício de 2010 para o Plano de Benefícios II.

### **Conclusão**

O Plano de Benefícios II apresentou no encerramento do exercício de 2010 um superávit de R\$ 1.609.986,04.

O cumprimento do contrato de dívida existente, conforme o Parágrafo Sexto da Cláusula Primeira prevê a revisão do saldo devedor apurado no encerramento do exercício com base no resultado do Plano.

O referido superávit apurado no encerramento do exercício de 2010 foi incorporado ao saldo devedor do contrato de dívida, totalizando o montante de R\$ 77.615.851,49, em 31/12/2010.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios II da Banorte Fundação encontra-se em equilíbrio financeiro-actuarial absoluto, atendendo assim as exigências dispostas na Resolução CGPC nº 26, de 26/9/2008.

Ressaltamos ainda que os resultados desta avaliação actuarial são sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos. Assim, modificações futuras nas experiências observadas poderão implicar em variações relevantes nos resultados actuariais.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões actuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras registradas neste relatório.

São Paulo, fevereiro de 2011.

### **Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda.**

Luiz Alberto Garcia Alvernaz • MIBA nº 551

Roberto Takeshi Kubota • MIBA nº 1.464

Raphael Amantea Prado • MIBA nº 2.190

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras  
BANORTE - Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da BANORTE - Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a

eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BANORTE - Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

### **Outros assuntos**

As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, e alterações posteriores.

Recife, 16 de março de 2011.

### **PricewaterhouseCoopers**

Auditores Independentes • CRC 2SP000160/O-5 "F" PE  
Maria José de Mula Cury • Contadora • CRC 1SP192785/O-4 "S" PE

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do balanço patrimonial, das demonstrações do resultado, do fluxo financeiro e das notas explicativas às demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2010, baseados nos pareceres da Consultoria atuarial Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda. e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Banorte em 31.12.2010, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 14 de março de 2011.

Presidente • Ottavio Aldo Ronco

Conselheiros • Djalma Desenzi

• Luiz Antonio Fernandes Caldas Morone

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2010, baseados nas normas pertinentes e nos pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Towers Watson Consultoria Ltda. e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Deliberativo da Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social (“BANORTE”), reunidos em número total, deliberaram unanimemente aprovar os referidos documentos, que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da BANORTE em 31.12.2010.

São Paulo (SP), 22 de março de 2011.

Presidente • Osvaldo do Nascimento

Conselheiros • Gilberto Trazzi Canteras

• Hercílio Ricardo Ferreira Filho

• Isaltino Bezerra e Silva

• Mauricio Ferreira de Souza

• Ricardo Terenzi Neuenschwander

Prezado Participante,

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2010 do Plano Banorte:

1. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN 3792, de 24 de setembro de 2009, e a composição efetiva dos investimentos no Exercício de 2010:

Segmento	Resolução CMN nº 3792	Dezembro/2010	%	Em R\$ mil	
				Dezembro/2009	%
Renda Fixa	Até 100,00	47.081,61	82,93	52.850,46	84,20
Renda Variável	Até 70,00	3.736,43	6,58	3.738,55	5,90
Investimentos Estruturados	Até 20,00	929,11	1,64	-	
Investimentos no Exterior	Até 10,00	-		-	
Imóveis	Até 8,00	1.286,27	2,27	2.568,11	4,10
Operações com Participantes	Até 15,00	-		-	
Outros Realizáveis	-	3.738,57	6,59	3.641,39	5,80
<b>Total</b>		<b>56.772,00</b>	<b>100,00</b>	<b>62.798,51</b>	<b>100,00</b>

2. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2010 da Banorte e a taxa mínima atuarial do plano de benefício:

Segmento	Rentabilidade Acumulada %
Renda Fixa	12,29
Renda Variável	17,45
Investimentos Estruturados	-6,26
Investimentos no Exterior	-
Imóveis	4,33
Operações com Participantes	-
Recursos Totais	13,30
Taxa Mínima Atuarial (*)	12,85

(\*) INPC + 6% a.a.

3. Em atendimento ao parágrafo V do art. 3º da Resolução CGPC nº 23/06, apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2010:

**a) Despesas com gestão dos Investimentos:**

<b>Despesas</b>	<b>Em R\$ mil</b>
Taxa de Administração de Recursos	94
Taxa de Custódia / DNP / CETIP, SELIC	9
Consultoria Contábil	9
Outras	6
<b>Total</b>	<b>117</b>

**b) Despesas Administrativas Previdenciais:**

	<b>Em R\$ mil</b>
Pessoal e Encargos	196
Treinamentos/Congressos e Seminários	7
Viagens e Estadias	42
Consultoria Atuarial	88
Consultoria Jurídica	15
Informática	92
Gestão e Planejamento Estratégico	120
Auditoria Contábil	42
Gestão Administrativa	32
Tributos	45
TAFIC	3
Publicações	113
Outros	19
<b>Total</b>	<b>814</b>

**4. Responsável pela aplicação dos Recursos em 2010**

Nome: Gabriel Amado de Moura

**5. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792/09 de 24.09.2009:**

Não há desenquadramentos.

**6. Justificativas aos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792/09 de 24.09.2009:**

Não há justificativa devido não ter desenquadramentos.

A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2010 dos planos:

- Plano Benefício Definido - Banorte
- Plano de Benefícios II - Banorte

## 1. Taxa Mínima Atuarial

Plano de Benefícios	Indexador	Taxa de Juros
Benefício Definido	INPC	6%
Plano de Benefícios II	INPC	6%

## 2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

## 3. Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo		
			Benefícios Definidos	Benefícios II	PGA
Renda Fixa	43%	100%	88,30%	88,30%	100%
Renda Variável	0%	35%	7,00%	7,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0%	10%	1,80%	1,80%	0,00%
Investimentos Exterior	0%	3%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	0%	4%	2,90%	2,90%	0,00%
Operações com Participantes	0%	5%	0,00%	0,00%	0,00%

## 4. Derivativos

O Plano pode realizar operações com derivativos, desde que observadas as condições estabelecidas na Res. CMN 3792/2009.

## 5. Referência de Rentabilidade

A referência de rentabilidade será igual à taxa mínima atuarial do plano para os segmentos Renda Fixa, Investimentos Estruturados, Investimentos Exterior, Imóveis e Operações com Participantes. Para o segmento de Renda Variável, a referência de rentabilidade será igual à variação do índice Ibovespa fechamento.

## 6. Gestão dos Recursos

- Tipo/Forma: Externa
- Periodicidade da Avaliação: 12 Meses
- Quantidade de Gestores: 1
- Critérios de Avaliação: Em relação aos objetivos do segmento

**7. Critério para Contratação**

Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Instituição e experiência	Rentabilidade Histórica Auferida
Filosofia de atuação	Riscos Incorridos
Análise legal	Custos
Inexistência de Conflito de Interesses	Total de Recursos Administrados
Sistemas e Processos	Distribuição do retorno diferencial

**8. Participação em Assembléias de Acionistas****8.1. Limites Mínimos para Participação em Assembléia de Acionistas**

Por Capital Votante: 5%	Dos Recursos Garantidores: 4%	Por Capital Total: 10%
-------------------------	-------------------------------	------------------------

**9. Cenário Macroeconômico, Responsabilidade Socioambiental, Observações e Justificativas****9.1 Cenário Macroeconômico**

As decisões de alocação são definidas bimestralmente por um comitê formado por especialistas onde são definidos os cenários macro-econômicos e trajetórias para algumas variáveis básicas da economia e definidos cenários alternativos (otimista e pessimista).

São projetados valores para diversos fatores de risco, que são utilizados para calcular as expectativas de preço/retorno dos ativos.

**9.2. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental**

Diante do quadro de degradação ambiental do planeta, consideramos fundamental avaliar os impactos sobre o meio ambiente, não só para o êxito do crescimento empresarial, mas como variável decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável e a prevenção dos riscos à saúde humana.



**Recife (PE)**

Av. Conselheiro Aguiar, 3.670 – 1º andar  
CEP 51020-021

[www.fundacaobanorte.com.br](http://www.fundacaobanorte.com.br)